

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IEPÊ****FORO DE IEPÊ****VARA ÚNICA**

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1000035-96.2023.8.26.0240**
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Liminar**
 Requerente: **Nutrisolo Ltda Me e outros**
 Requerido: **Juízo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arthur Lutiheri Baptista Nespoli**

Vistos.

Fls. 2515/2523: Cuida-se de pedido de suspensão de atos constritivos sobre a produção de milho, emanados na execução para entrega de coisa incerta com pedido liminar de arresto, movida por Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S/A em face de Jerônimo Sares de Azevedo Júnior, Luana Guerhardt Faria de Azevedo, Manoel Messias de França e Dalma Oliveira França, que tramita sob n.º 5010664-93.2023.8.13.0702, perante a Comarca de Uberlândia/MG. Verifica-se que a execução é lastreada em Cédula de Produto Rural CPR Gira-MG-075/2022, que se encontra vencida desde 15/02/2023. A exequente requereu o arresto e a remoção de 38.677,35 sacas de milho de 60 kg que estejam em vias de serem colhidos nas lavouras, tendo o pedido restado deferido pelo juízo executivo e expedida Carta Precatória para a Comarca de Rancharia (n.º 001356-92.2023.8.26.0491) para cumprimento da medida, estando em vias de ser cumprida. Alegam os recuperandos que a mencionada constrição representa considerável impacto financeiro, que prejudicará a continuidade de suas atividades empresariais, colocando em risco a preservação da empresa.

O Administrador Judicial manifestou-se favorável à suspensão dos atos constritivos em questão, aduzindo que a produção agrícola é fundamental para os rendimentos da comercialização, com o objetivo de permitir o investimento da parte autora na recuperação judicial, mencionando, ainda, o princípio da preservação da empresa (fls. 2674/2681).

DECIDO.

Inicialmente, conforme se verifica, a execução não visa o pagamento de crédito, mas sim a entrega dos produtos dados em garantia, por força da emissão da cédula que embasa a execução.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IEPÊ
FORO DE IEPÊ
VARA ÚNICA

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Veja-se a propósito da cédula de produto rural a seguinte lição de Arnaldo Rizzardo:

“Como se disse, é uma promessa de entrega de produtos, mas unicamente para produtos rurais, podendo vir acompanhada de uma garantia de que será entregue o produto. Que tipo de garantia? Uma garantia cedular, isto é, de cunho real. Por outras palavras, é possível que venha com uma garantia real de que o produto descrito na cédula será efetivamente transferido ao credor. É o que consta do art. 1º: 'Fica instituída a Cédula de Produto Rural CPR, representativa de promessa de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída'” (autor cit., in “Títulos de Crédito”, Ed. Forense, 2006, pág. 282).

Nos termos do art. 11 da Lei que instituiu a Cédula de Produto Rural, Lei 8.929/94, com a redação da Lei 14.112/2020, *“Não se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou ainda representativa de operação de troca por insumos, subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, salvo motivo de caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto”*.

Portanto, a extraconcursabilidade do crédito da credora decorre de lei, não se submetendo, por isso, aos efeitos da recuperação judicial.

Nesse passo, não há falar em "essencialidade do bem objeto de litígio entre recuperanda e seu credor", na medida em que, consoante posicionamento consolidado do C. STJ, se determinado bem não puder ser classificado como bem de capital, ao juízo da recuperação não é dado fazer nenhuma inferência quanto à sua essencialidade para fins de aplicação da ressalva contida na parte final do § 3º do art. 49 da Lei 11.101/05. Se o crédito é extraconcursal (art. 11 da Lei 8.929/1994), não há razão jurídica para a suspensão da execução, haja vista a impossibilidade de reconhecimento de essencialidade.

Nesse sentido, assentou-se no REsp n. 1.991.989/MA, cujos trechos do inteiro teor seguem:

Por ocasião do julgamento do recurso especial n. 1.758.746/GO (Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 1/10/2018), esta Terceira Turma, à unanimidade, reconheceu que, se determinado bem não puder ser classificado como bem de capital, ao juízo da recuperação não é dado fazer nenhuma inferência quanto à sua essencialidade. É expressa, nesse sentido, a parte final do § 3º do art. 49 da Lei de Falência e Recuperação


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IEPÊ
FORO DE IEPÊ
VARA ÚNICA

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

de Empresas (LFRE), que faz referência direta e unívoca a bens de capital essenciais à atividade empresarial [...]. Cumpre, todavia, definir o que se pode entender como bem de capital, a fim de perquirir se os grãos de soja e milho produzidos pelos recorridos podem ser classificados como tal. Por ocasião do julgamento do conflito de competência n. 153.473/PR (DJe 26/6/2018), a Segunda Seção desta Corte debruçou-se sobre tal questão conceitual. Na oportunidade, constou do voto vencido proferido pela e. Min. Relatora (entendimento ao qual me filio) que, “por bem de capital, deve-se compreender aqueles imóveis, máquinas e utensílios necessários à produção. Não é, portanto, o objeto de comercialização da pessoa jurídica em recuperação judicial, mas o aparato, seja bem móvel ou imóvel, necessário à manutenção da atividade produtiva, como veículos de transporte, silos de armazenamento, geradores, prensas, colheitadeiras, tratores, para exemplificar alguns que são utilizados na produção dos bens ou serviços”. Já o bem de consumo (em oposição ao bem de capital) “constitui aquilo que é produzido com utilização do bem de capital, seja durável ou não durável, e que será comercializado pela empresa, ou prestado na forma de serviços” De se notar, outrossim, que, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dentre os produtos que constituem bens de capital do setor agrícola não estão incluídos grãos, englobando, ao revés, apenas o maquinário utilizado na produção: tratores agrícolas, máquinas e aparelhos para irrigação, arados e charruas, máquinas e aparelhos de pulverização, máquinas para limpeza e seleção de grãos, máquinas e aparelhos para avicultura, reboques e semi-reboques, semeadores, plantadeiras e adubadores, máquinas para colheita, secadores, silos etc. [...] Destarte, no particular, não há razão apta a sustentar a hipótese de que os grãos cultivados e comercializados pelos recorridos (soja e milho) constituam bens de capital, pois, a toda evidência, não se trata de bens utilizados no processo produtivo, mas, sim, do produto final da atividade empresarial por eles desempenhada. Note-se, nesse aspecto, que a própria pretensão deduzida perante o juízo de primeiro grau pelos recorridos (que deu origem ao presente recurso especial) revela que não se trata de bens a serem utilizados no processo de produção, pois o pedido de reconhecimento de sua essencialidade tem como objetivo deliberado o incremento de sua disponibilidade financeira, consoante afirmado à fl. 158 por aquele juízo. Portanto, a restrição contida na parte final do § 3º do art. 49 da Lei 11.101/05, ao contrário do decidido pelo Tribunal de origem, não se aplica à hipótese em discussão, devendo ser reformado o acórdão recorrido quanto ao ponto.

Assim, não há que se falar na liberação da constrição por força de cumprimento de carta precatória de nº 1001356-92.2023.8.26.0491.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IEPÊ****FORO DE IEPÊ****VARA ÚNICA****Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Isso porque se trata de execução que tem como objeto Cédula de Produto Rural originada em contratos de barter, o que, em tese, não se sujeita à presente recuperação judicial, devendo-se observar que a alteração do artigo 11 da Lei 8929/94 se deu com a promulgação da Lei 14112/20.

Nessa esteira, pertinentes as ponderações lançadas em sede de parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça Dr. Otávio Joaquim Rodrigues Filho nos autos do Agravo de Instrumento nº 2132839-52.2023.8.26.0000, às fls. 172/178 daqueles autos: "Em que pesem os argumentos dos recorrentes e da Administradora Judicial, considerando a importância dos grãos apreendidos para a continuidade da empresa, verifica-se na hipótese que o tratamento diferenciado fora conferido pelo legislador com base no sopesamento das vantagens e desvantagens de excluir da recuperação judicial determinados credores, que certamente levam em conta muitos fatores e, dentre eles, o custo da operação eo risco do crédito concedido. Ainda que se possa concluir que o conceito de bens essenciais nem sempre coincidem com o de bens de capital, componente do ativo imobilizado do devedor, justamente porque de grande relevância para o desempenho das atividades empresariais, como seria o caso de safras, mercadorias, dinheiro e outros, porque não se amoldam naquela definição específica, forçoso reconhecer ser essa a opção do legislador."

Dessa forma, deve-se manter, por ora, a constrição referente à carta precatória de nº 1001356-92.2023.8.26.0491.

Sobre eventuais pedidos futuros de constrição, seja sobre a colheita ou demais bens das recuperandas, consigno que a decisão de fls. 1217/1229 já determinou que a prática de atos de excussão de bens das recuperandas deverá ser analisada por este juízo, nos termos do artigo 6.º, §§ 7.º- A e 7.º- B, da Lei 11.101/2005.

No mais, aguarde-se o prazo para eventuais impugnações à relação de credores e objeções ao Plano de Recuperação Judicial, certificando-se, oportunamente.

Intime-se.

Iepe, 03 de agosto de 2023.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**